

PLANO DE GOVERNO

ANGELA AMIN - JOÃO BATISTA NUNES

PREFEITA - VICE JOÃO BATISTA
ANGELA AMIN 11

POR VOCÊ, POR NOSSA GENTE!



2020

**Florianópolis: uma Cidade +Humana e solidária,
+Criativa, +Inteligente e +Sustentável,
cercada de Tecnologia por todos os lados**

Este documento, apresenta o Plano de Governo que a Coligação “Por Você, Por Nossa Gente”! propõe à população de Florianópolis para o período compreendido entre 2021 e 2024. Ele é fruto da percepção dos sentimentos recentes junto à comunidade florianopolitana, entidades representativas, candidatos a vereador de nossa coligação e com a participação de técnicos especialistas das diversas áreas da administração, que foram chamados para construir esse documento com uma proposta preliminar para uma cidade mais humana, inteligente, criativa e sustentável, a ser apresentada e discutida com toda a população de Florianópolis durante a campanha eleitoral. Portanto, trata-se de um documento que delineia as ações necessárias para conduzir os destinos da Cidade de Florianópolis no período 2021/2024.

Ele vem precedido de currículo, que informa como me preparei para enfrentar o desafio para o qual me coloquei novamente em campo agora, ao me decidir ser candidata à Prefeitura de Florianópolis. Fui Vereadora, Deputada Federal por duas legislaturas anteriores, Prefeita por duas vezes da Cidade de Florianópolis, e hoje sou novamente Deputada. Tenho experiência e serviços prestados à população, sempre fazendo política partidária com paixão e dedicação em prol do bem comum, mas não me considero uma política antiga. Na medida que, a cada mandato, me deparei com um desafio diferente e em todos eles tive que me reinventar, assim como reinventar meu próprio repertório de ações frente aos desafios que se apresentaram .

No meio tempo entre meus mandatos de Prefeita e Deputada, fiz Mestrado e Doutorado em Engenharia e Gestão do Conhecimento na Universidade Federal de Santa Catarina. Essa minha passagem pela Universidade se deu em um momento muito oportuno: o principal foco de estudo do programa – o conhecimento organizacional – tornou-se um ativo de criação de riqueza para organizações e nações e, a tecnologia o suporte para a criação, compartilhamento e utilização desse conhecimento.

Desde o início de minhas atividades na esfera pública, como Presidente da LADESC – Liga de apoio ao desenvolvimento social catarinense – que era o papel da Primeira dama do Estado de Santa Catarina, sempre prestei atenção para as pessoas mais necessitadas. Nessa ocasião fui coordenadora do Programa Pro-criança, uma iniciativa que o Governador do Estado de Santa Catarina – Esperidião Amin – encampou e que era destinado às crianças de idade inferior a sete anos em Santa Catarina, com ênfase nos aspectos de saúde, nutrição e estimulação. Deflagrado pelo Governo do Estado de Santa Catarina foi coordenado por uma Comissão interinstitucional e desenvolvido com a participação comunitária. Foi uma grande tarefa desenvolvida por todos: pessoas, famílias, comunidades, sistema religioso, de produção, político e educacional que juntando as forças em um processo de cooperação concretizou atendimento para as crianças rurais, as crianças pesqueiras bem como para as crianças da cidade.

Nesse programa aprendi uma grande lição: somos mais capazes e mais fortes quando realizamos as ações dentro de Redes – redes de coprodução – onde cada instituição contribui com aquilo que faz melhor, com aquilo que sabe melhor. Essa aprendizagem levei para a vida e durante as ações que desempenho até hoje me cerco das pessoas e das instituições. Sem propriedades e sem vaidades procuro ouvir e estruturar um programa coletivo, desenhado a muitas mãos: aquelas que vão, por fim, realizar os programas.

Eu e João Batista em parceria pensamos que se consolidarmos as vocações regionais de Florianópolis; se adotarmos o planejamento como prática; se formos proativos com relação as mudanças e se agirmos em direção à elas, seremos capazes de nos transformar nessa Cidade que já foi, e é, tão cantada e encantada. Temos que identificar e consolidar uma visão, reconhecendo o que temos de competência para realizar nesse novo tempo e, são várias as competências que a Cidade possui para enfrentar o presente e o futuro. Tanto na esfera pública como na esfera privada temos exemplos de pessoas, instituições, negócios que vêm dando certo e cumprindo sua missão. A partir disso usar o planejamento, que é uma ferramenta que tenta diminuir a imprevisibilidade e a influência do ambiente nos processos e que ajuda a delinear mais claramente os riscos, os desafios que enfrentamos como nação nestes novos tempos, mas

também nos ajuda a conhecer as potencialidades, as competências existentes para enfrentar o delineado. Uma vez isso delineado, fica mais claro o que precisa ser feito e aí é olhar para o mundo lá fora, isso entendido como a extensão do que a política pode alcançar e fazer para transformar e agir em direção às mudanças.

O modelo que vai ser apresentado aqui, descreve um conjunto de fundamentos que consideramos necessários para consolidar Florianópolis como uma Cidade + Humana + Criativa + Inteligente e + Sustentável. Queremos colocar essas ideias para circular para que sejam um contraponto a uma Cidade de pensamento único, na perspectiva de que nos ajudem a oferecer uma nova visão para Florianópolis. Estamos procurando parceiros para discutir esses fundamentos aqui apresentados.

Finalizamos com uma citação de Guimarães Rosa: “Viver é muito perigoso... Porque aprender a viver é que é o viver mesmo... Travessia perigosa, mas é a da vida. Sertão que se alteia e abaixa... O mais difícil não é um ser bom e proceder honesto, dificultoso mesmo, é um saber definido o que quer, e ter o poder de ir até o rabo da palavra”. Não pretendemos ser utópicos, mas cremos ser capaz de ousar de maneira responsável.

ANGELA AMIN

CANDIDATA A PREFEITA DE FLORIANÓPOLIS

JOÃO BATISTA NUNES

CANDIDATO A VICE-PREFEITO DE FLORIANÓPOLIS

Contextualização:

O ponto de partida

Florianópolis possui uma população estimada em 508.826 mil pessoas, um Índice de Desenvolvimento Humano de 0,847, uma baixa mortalidade infantil de 7,71 óbitos por mil nascidos vivos e, em 2017 tinha um PIB per capita de R\$40.160,00 com 63,7 % da população economicamente ativa ocupada em postos de trabalho. A cidade também se tornou um centro de formação de capital humano, com diversas Instituições de Ensino Superior (IES), públicas e privadas.

Em 2020, Florianópolis conquistou o segundo lugar como a cidade mais inteligente e conectada do Brasil pelo ranking *Connected Smart Cities* . que incorpora conceitos e novos indicadores baseados na ISO 37122 -*Sustainable Cities And Communities – Indicators for Smart Cities*, mantendo-se como a melhor fator referência para comparação e análise de cidades inteligentes no Brasil.

O resultado é apresentado em 4 frentes: geral, por eixo temático, por região e por faixa populacional. O estudo é composto por indicadores de 11 principais setores: mobilidade, urbanismo, meio ambiente, tecnologia e inovação, economia, educação, saúde, segurança, empreendedorismo, governança e energia. Os critérios utilizados nessa premiação colocam nossa Cidade ainda com a primeira colocação na categoria Região Sul; com a 2ª posição em Cidades com mais de 500 mil habitantes; 3ª em Economia; 4ª colocação em Tecnologia e Inovação; 5ª em Educação e Mobilidade e Acessibilidade; 7ª em Saúde e Empreendedorismo; e 10ª posição em Segurança. Entretanto, temos que ampliar e consolidar esses indicadores, pois ainda faltam indicadores relevantes que devem ser considerados, sobretudo aqueles referentes aos 17 Objetivos do Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas (ODS), que a Administração Pública Municipal ainda não dispõe e não monitora, o que é um enorme desafio. Florianópolis, de fato, pode se tornar uma Cidade mais Inteligente e Sustentável. Para tanto, precisa equilibrar crescimento econômico com equidade e sustentabilidade ambiental, o que requer o engajamento de atores públicos, privados, da sociedade civil organizada, além das universidades.

Em uma leitura quantitativa, os aspectos destacados acima demonstram que a Cidade é pujante e possui bons indicadores de saúde, educação, bem como um PIB per capita bem acima do nacional (R\$ 31.833,50). Quando se considera o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), se percebe que a Cidade deu um salto em termos de qualidade de vida dos anos 90 para cá (0,670).

Entretanto, o desafio que agora se delineia é, sobretudo, qualitativo – melhorar a qualidade dos serviços prestados pela administração pública municipal – levando-se em consideração a efetividade e a relevância das políticas públicas executadas, ou seja, os impactos provocados por elas na transformação da sociedade florianopolitana, não mais “para” a sociedade, mas “junto” com ela, em coprodução.

O momento de inflexão que vivemos hoje, provocado pela chegada da pandemia do Covid 19, nos convida a uma reflexão bem mais apurada. A pandemia nos faz pensar em alternativas ao nosso modo de viver, de produzir, de consumir e de conviver e, nos leva a uma série de perguntas. Entre elas: Qual é o papel que o Município deve assumir nesse momento? Quais as funções que lhe são destinadas? Como deve realizar essas funções? E o principal: como tornar as Cidades mais humanas, criativas, inteligentes e mais sustentáveis?

Nesse momento, as Cidades não estão apenas na vanguarda da resposta à pandemia, mas sobretudo, tem seu foco imediato em impedir a disseminação do Covid-19. A principal solução disponível – o isolamento social – dificulta o sentido gregário das pessoas, um elemento que fez as Cidades surgirem e, as faz funcionarem, pois são nelas que as pessoas moram.

Os impactos provocados pela pandemia do Covid-19 trazem profundas consequências na vida urbana, nos hábitos e comportamentos do cotidiano das pessoas. As mudanças, que tendem a ser permanentes, vão desde as formas físicas que a Cidade deve tomar, até estruturas econômicas ou de comunidade e neste momento é preciso repensar a Florianópolis que queremos para viver.

Em razão desses impactos, há quase uma unanimidade que a transformação digital, que já era considerada uma tendência que vinha atingindo todos os setores da atividade humana, no período pré-pandemia, levará o setor público a viabilizar e

implementar o *home office* de servidores públicos e vai exigir que a Prefeitura disponibilize processos administrativos eletrônicos e serviços públicos em formato digital, que estejam à disposição da população.

A Florianópolis do ano de 2020 vive um momento atípico. Um de seus problemas centrais – a mobilidade urbana – não está temporariamente à frente da agenda. Porém, na Cidade, que possui 1,75 habitantes por veículo, e onde os deslocamentos são feitos, sobretudo, de carro, o colapso do trânsito é sempre eminente. Estudos coordenados pela Prefeitura de Florianópolis e pelo BID, bem como a realidade enfrentada por todos que se deslocam pela Cidade diariamente, demonstram que é preciso favorecer as opções de mobilidade urbanisticamente mais adequadas para garantir o desenvolvimento sustentável. Desse visível paradoxo, há um consenso na Cidade sobre a necessidade de colocar o problema da mobilidade como uma prioridade entre as políticas urbanas.

Ao mesmo tempo em que a Cidade se consolida como um dos principais polos tecnológicos e de conhecimento do país e, é cobiçada por sua qualidade de vida e também por sua beleza exuberante, apresenta os desafios típicos do crescimento: insegurança, imobilidade urbana, crescimento desordenado, déficit habitacional, o envelhecimento da população, a necessidade de melhorar o atendimento em saúde, educação, saneamento.

As principais atividades de interesse econômico do município são: (i) serviços ligados à área de tecnologia e inovação, responsável por mais de 45% do PIB do município; a concentração de instituições de ensino superior e empresas de tecnologia, transformaram a Cidade em um *hub* de inovação do País (ii) o turismo, com a chegada de turistas nacionais e internacionais durante o verão, o uso da infraestrutura turística instalada nos períodos de baixa temporada e a sua qualificação pela UNESCO como Cidade Criativa na área gastronomia; e (iii) a maricultura, sobretudo a ostreicultura, com 70% da produção de ostras do país; são atividades que têm um forte potencial de desenvolvimento e de integração. Mais recentemente, no Plano de Desenvolvimento Econômico Municipal foram destacados cinco eixos de atuação: turismo, comércio, indústria criativa e do mar; tecnologia da informação e da comunicação; tecnologia em saúde e bem-estar; nanotecnologia e novos materiais e energia.

Um destaque especial, é preciso ser dado ao setor de tecnologia. Em Florianópolis, os investimentos no setor de tecnologia começaram na década de 1980 e, desde então, houve um salto de desenvolvimento com a consolidação de um ecossistema de inovação na Cidade. Esse dinamismo e a cultura de inovação que existe aqui, se baseiam em políticas e investimentos públicos, na produção de conhecimento e na iniciativa privada. E, são resultado da existência de diversas iniciativas de incentivo ao empreendedorismo e do planejamento de longo prazo para fortalecer essa área de vocação da Cidade.

Assim, no quesito empreendedorismo, Florianópolis apresenta expressivo crescimento de 9,4% de empresas de tecnologia; conta com 2 Parques Tecnológicos e 6 incubadoras de empresas. Esse crescimento atrai, constantemente, empresas e profissionais altamente capacitados, que vêm de toda parte do Brasil e do exterior, o chamado capital criativo e isso retroalimenta ainda mais toda a cadeia de inovação.

Essa condição, coloca a Cidade em uma perspectiva interessante de crescimento, a que deriva da produção de conhecimento – ativo principal do século XXI. Cabe ao poder público alinhar as políticas municipais, estaduais e federais de ciência, tecnologia e inovação; aproximar as Universidades da iniciativa privada e consolidar o ecossistema de inovação já existe, fortalecendo a Rede Municipal de Inovação e fomentando novos negócios, internacionalizando a marca de inovação da Cidade.

Por outro lado, no setor do turismo, um dos setores econômicos mais dinâmicos da Cidade, responsável pela criação de empregos e pela promoção do desenvolvimento econômico, as mudanças estruturais que serão decorrentes da Covid 19 serão significativas. As medidas de restrições, como cancelamentos de voos e o fechamento de empresas de turismo tiveram um impacto imediato e diminuiram significativamente a oferta e a demanda de serviços turísticos em uma cadeia até atingir o turismo local.

Os hábitos de viagem já mudaram, o turismo de negócios está sendo substituído pelas *webconferências* e as viagens de lazer serão mais para o interior, junto a natureza, em lugares com baixa concentração de pessoas. Entretanto, esse impacto sentido na Cidade desde março de 2020, deve ser mitigado oportunamente por um conjunto de políticas coordenadas e em larga escala.

Quando a vida e a rotina voltarem ao normal – seja qual for essa nova normalidade – os responsáveis por planejar a Cidade precisarão considerar a ruptura causada pela crise. Delinear respostas ao que está posto, é o que estamos nos propondo agora, ao apresentar um modelo para pensar e gerenciar a Cidade e a Prefeitura de Florianópolis, um modelo que facilite e potencialize a realização e a vida das pessoas que aqui vivem

Neste modelo projeta-se: a) a visão da Cidade que se quer ter; b) os direcionadores estratégicos necessários para concretizar essa visão; c) as relações com os diferentes atores e parceiros e, d) a gestão da Prefeitura Municipal de Florianópolis.

Proposições para uma Florianópolis

+ Humana e solidária, +Criativa

+Inteligente e +Sustentável,

Dado que as decisões tomadas no presente resolvem os problemas atuais e, ao mesmo tempo, orientem a construção do futuro da Cidade, a Coligação “Por Você, Por Nossa Gente”, aponta agora as diretrizes estratégicas que podem ser adotadas para consolidar Florianópolis como uma Cidade mais Humana e solidária, Criativa, Inteligente e Sustentável. As decisões políticas que serão tomadas pela população de Florianópolis nas próximas eleições, no âmbito do Poder Público Municipal, definirão a possibilidade de sua execução.

Decisões que venham a ser tomadas, tendo como referência a construção de um projeto de uma cidade mais humana, criativa, inteligente e sustentável podem reduzir os impactos negativos do crescimento econômico e equilibrar o conjunto de interesses da população, em relação aquilo que lhe proporciona bem estar e qualidade de vida. Dessa forma, é importante definir qual a visão de futuro que se pretende para a Cidade para a partir dela, e tendo como alvo de intervenção o conjunto dos problemas de momento, tomar as decisões que vão ao encontro das grandes expectativas atuais e futuras da população. A seguir são apresentadas a visão e as diretrizes estratégicas de nosso Projeto de Governo que, entendemos, devem orientar as próximas decisões político administrativas de nosso município.

VISÃO

Nossa **visão** define-se como “consolidar Florianópolis como uma Cidade Humana e solidária, Criativa, Inteligente e Sustentável “. Nessa proposta, o Município e a administração pública municipal são os promotores do desenvolvimento social e econômico e fomentam a capacidade realizadora dos atores locais.

Para tanto, consideramos condição : a) que a população florianopolitana esteja ativamente envolvida (porque lhes vai ser dada a oportunidade) na construção de seu próprio destino e, não sejam apenas beneficiária passiva das políticas municipais; b) que a administração pública municipal seja orientada para o cidadão e para obtenção de resultados e, sirva-se do incentivo à criatividade e à inovação como suporte para os modelos de governança e os instrumentos de transparência e controle social sobre a ação dos gestores públicos; c) que o Município esteja envolvido no paradigma de desenvolvimento regional fundamentado em conhecimento e ; d) que a Cidade funcione como um sistema aberto: mais permeável às nuances e a complexidade do ambiente que a circunda, mais interativa, mais sensível às demandas e aos conhecimentos de seus parceiros.

Com essas condições, pretendemos dar protagonismo às pessoas e às Instituições, além de incorporarmos os novos fundamentos e paradigmas de gestão e desenvolvimento urbano. Isso porque, os indicadores de qualidade de vida, bem como os de empreendedorismo e inovação da Cidade, permitem projetar que com uma ação integrada das Instituições será possível transformar Florianópolis na melhor Cidade para se viver e fazer negócios no Brasil.

Nessa visão, uma CIDADE HUMANA e SOLIDÁRIA é onde o ser humano é colocado em primeiro lugar como centro de atenção de todas as políticas públicas. É um espaço de tolerância e exercício pleno dos direitos de toda a natureza. Para além disso, uma Cidade humana precisa ser uma sociedade aberta, inclusiva, tolerante, que recebe e acolhe bem os que para aqui vem e, que adota essa característica de agir e incluir como uma cultura e estilo de vida. Uma Cidade das pessoas e para as pessoas. A Prefeitura deve ser solidária e ativa nesse desiderato.

Uma CIDADE É CRIATIVA quando a partir de seu capital humano disponível, cria um ecossistema de inovação com uma dinâmica que se retroalimenta pela criação de novos empregos e por meio de novas formas de participação e governança. Para compreender o impacto da criatividade nos resultados econômicos de uma região, Richard Florida, criador da teoria da classe criativa, utiliza um conjunto denominado “3 Ts do desenvolvimento econômico”: tecnologia, talento e tolerância.

Nessa perspectiva, a teoria do capital criativo é, atualmente, a melhor justificativa para o crescimento de uma região, apresentando uma base mais sólida que a do capital social, a do capital humano, entre outras relacionadas a esse tópico. Nessa visão, os 3 Ts, quando trabalhados juntos, podem impulsionar a inovação e o crescimento econômico de uma região.

A Cidade de Florianópolis, enfrenta continuamente a necessidade de se reinventar para responder às necessidades estruturais e às mudanças no contexto econômico. O conhecimento é um fator crucial para assegurar o crescimento sustentável da região, desse modo, uma vantagem competitiva para o Município, é atrair e reter talentos que produzam conhecimento e inovação por meio de sua criatividade, aspectos essenciais na economia contemporânea.

Entre os atributos das Cidades valorizadas pelos integrantes dessa nova classe criativa estão o mercado de trabalho, o estilo de vida, a diversidade, a interação social, a autenticidade e identidade do lugar bem como a qualidade de vida, os quais Florianópolis possui de sobra. Desse modo, atrair os membros da classe criativa para virem para cá, provocará impacto na inovação, no desenvolvimento e, na atração de novos negócios. Florianópolis, por isso, têm que se concentrar em desenvolver um ambiente para atrair e reter esses profissionais.

Uma CIDADE INTELIGENTE é aquela que utiliza os recursos que possui para servir aos cidadãos e melhorar a efetividade das políticas públicas. Os fluxos de interação que surgem entre os agentes públicos e prestadores de serviços são considerados inteligentes por fazerem uso estratégico de infraestrutura e tecnologia de informação e comunicação, se alinham ao planejamento e gestão urbana para permitir que o gestor público possa dar resposta às necessidades sociais e econômicas da

sociedade em tempo mais curto e com mais assertividade. 10 dimensões indicam o nível de inteligência de uma cidade: governança, administração pública, planejamento urbano, tecnologia, o meio-ambiente, conexões internacionais, coesão social, capital humano e a economia. Essas dimensões nortearão o plano de ação das políticas públicas de Florianópolis.

O direito a uma CIDADE SUSTENTÁVEL é uma diretriz garantida pelo Estatuto da Cidade, sendo definido como o direito à terra urbana, à moradia, ao saneamento ambiental, à infraestrutura urbana, ao transporte e aos serviços públicos, ao trabalho e ao lazer, para a presente e futuras gerações. Uma Cidade sustentável incorpora em suas ações as diretrizes previstas nos 17 ODS nas suas políticas públicas e em seus serviços fundamentais, bem como nas suas ações com a sociedade como um todo, garantindo para a sua população uma sustentabilidade ambiental, econômica, cultural e social.

Para se tornar uma Cidade sustentável, Florianópolis precisa compreender a relação sistêmica que existe entre os cidadãos, serviços, políticas de transporte e o seu impacto no ambiente. Cidades sustentáveis são aquelas planejadas para absorver o crescimento urbano desenfreado, uma ação tão necessária para uma Cidade-Ilha como a nossa, onde esses limites devem ser claros e para todos.

**AS ONZE DIRETRIZES ESTRATÉGICAS
PARA UMA FLORIANÓPOLIS + HUMANA E SOLIDÁRIA,
+ CRIATIVA, + INTELIGENTE E + SUSTENTÁVEL**

A seguir são apresentadas as diretrizes estratégicas de nosso Plano de Governo que, entendemos, devem orientar as próximas decisões político-administrativas de nosso município. A partir delas, formularemos os programas e os projetos de ação que nortearão a administração municipal de Florianópolis no período de 2021 – 2024, sendo esse o desejo manifestado nas urnas pelo povo Florianopolitano. Esses programas e projetos de ação serão identificados e construídos, ao longo desta campanha, nas reuniões com a população em todos os bairros da Cidade, mesmo que sejam elas agora preferencialmente virtuais, e nas reuniões com as entidades representativas de nossa Cidade.

1. Uma Cidade mais Humana e solidária, Criativa, Inteligente e Sustentável é inclusiva e acolhedora

Inclusão social, é um conceito que define o conjunto de meios e ações que combatem a exclusão aos benefícios da vida em sociedade, provocada pelas diferenças de classe social, educação, idade, deficiência, gênero, preconceito social ou preconceitos raciais. Inclusão social é oferecer igualdade de oportunidade de acesso a bens e serviços a todos, que é entendida como “equidade”. Nesse contexto, dentre outros significados, o termo “incluir” quer dizer: estar incluído ou compreendido, fazer parte. Promove-la, é um dos maiores desafios do Século XXI.

Uma Cidade inclusiva e acolhedora é aquela que busca solucionar não apenas a igualdade econômica, mas também a igualdade social, política e cultural em todos os segmentos. Nesse sentido a inclusão não refere-se somente à acessibilidade da pessoa com deficiência, mas também a uma série de ações que buscam garantir igualdade de direitos para a inserção e interação social de vários sujeitos e grupos sociais que estão à margem da sociedade porque possuem acesso limitado aos benefícios da vida em sociedade.

O cotidiano de vida das populações vulneráveis envolve problemas sociais, culturais, econômicas, políticas e territoriais específicos que são marcados por dificuldades relacionadas à inserção e participação social. Suas experiências são marcadas pelas dificuldades de acesso a bens sociais necessários para a própria manutenção da vida, individual e coletiva, impossibilitando a vivência de atividades significativas para si e para o seu grupo de pertencimento.

Com a pandemia do COVID-19 este conceito tornou-se ainda mais relevante, pois a necessidade do confinamento social evidenciou o crítico problema que temos em nossa Cidade, em termos de infraestrutura de saneamento básico e habitacional. A relação entre epidemia/pandemia e vulnerabilidade social já foi constatada em outros momentos históricos, como nos casos da gripe espanhola, H1N1 (Gripe Suína) e SARS (Síndrome Respiratória Aguda Grave), constatando que as desigualdades sociais são determinantes para a taxa de transmissão e severidade dessas doenças.

São as populações de baixa renda que usam com mais frequência o transporte público (muitas vezes paralisado), possuem maior número de moradores por domicílio, têm menor acesso ao saneamento básico e saúde, além das dificuldades de manterem o isolamento social devido suas características de emprego e renda. Nas periferias e favelas onde moram, está grande parte das pessoas que compõem os d serviços prioritários durante a pandemia: faxineiras, garis, entregadores, empregadas domésticas, motoristas, trabalhadores de supermercados, frentistas de postos de gasolina, entre outros.

As mulheres são um grupo especialmente afetado durante a pandemia: elas são a maioria nas atividades paralisadas ou semiparalisadas – escolas, creches, turismo, hotéis, entretenimento, salões de beleza, oficinas de costura. Seu reingresso no mercado de trabalho será difícil e, se nada for feito, muitas terão de aceitar trabalhos precários, desprotegidos e de menor renda. Além do desemprego, há o aumento da violência doméstica e sexual – que é subnotificada - nos domicílios mais pobres, onde homens adultos vivem de forma aglomerada com mulheres e meninas.

As crianças, são outro grupo sobre o qual os impactos do Covid 19 serão preocupantes. A suspensão das aulas presenciais, sobretudo nas escolas do Município, acarretam grave defasagem educacional e também sérios déficits nutricionais, porque as mais pobres dependem da escola também para se alimentar. A deterioração das atividades econômica dos adultos forçará o engajamento de crianças e adolescentes em atividades laborais precárias no mercado informal, novamente, com reflexos negativos na sua saúde e na sua educação.

No geral, estes grupos aqui referenciados dependem das políticas sociais. Assim, mais do que nunca, as ações de inclusão e acolhimento se mostram necessárias. Por isso, se pretende fortalecer as ações de inclusão e acolhimento através da política de assistência social, realizando atendimento de qualidade para as pessoas em situação de vulnerabilidade social.

A garantia dos direitos mínimos aos cidadãos em situação de vulnerabilidade depende da articulação de diversos órgãos municipais e estaduais, e isso exige que o município promova a construção coletiva das soluções, e compartilhe as responsabilidades das ações com o conjunto dos envolvidos. Vamos atuar por meio da

implementação de políticas públicas voltadas para a referida camada da população mais excluída, que vem crescendo de maneira expressiva em nossa Cidade e que, seguramente, será mais significativa pós pandemia do COVID-19.

2. Uma Cidade mais Humana e solidária, Criativa, Inteligente e Sustentável tem educação inovadora de qualidade

A educação tradicional vem sendo colocada à prova no meio da crise. Há uma verdadeira revolução que as tecnologias digitais estão provocando em nossa sociedade, que foram evidenciadas de forma explícita pela pandemia do COVID-19, em todos os setores da atividade humana e, particularmente, na educação.

Vai haver uma revolução na forma como se ensina e como se aprende, em todos os níveis, no pós-pandemia. As crianças hoje nascem, crescem e vivem em um mundo onde as tecnologias digitais são onipresentes. A 4ª revolução industrial, marcada pela difusão das tecnologias digitais, afeta todos os aspectos da vida humana, da saúde ao comércio, das interações sociais à forma como as pessoas trabalham. Os sistemas educacionais também são afetados, porque a tecnologia pode impactar a forma como a educação é oferecida, mas também porque a educação tem um papel a desempenhar na preparação dos jovens para um mundo movido pela tecnologia. Além disso, crescer na era digital não torna os chamados “nativos digitais” inerentemente competentes e confiantes com o uso e o potencial das tecnologias digitais (Comissão Europeia, 2014).

A tendência nos próximos anos é de uma mudança disruptiva na educação, de uma educação tradicional analógica, para uma educação, cada vez, mais digital. O que se entende por “educação digital” são duas perspectivas diferentes, mas complementares: a aquisição e o desenvolvimento das competências digitais de estudantes e professores, por um lado, e o uso pedagógico de tecnologias digitais para apoiar, melhorar e transformar a aprendizagem e o ensino, de outro.

A educação digital, vai trazer o suporte para uma educação baseada por competências e não mais por conteúdos, fundamentada por uma pedagogia conexionista fortemente focada em metodologias de aprendizagem ativas, onde o estudante será o protagonista principal do processo de ensino-aprendizagem e não mais o professor.

Alia-se a essas indagações, o fato de que entre as crianças de todo o mundo que começarem o ensino fundamental há seis anos atrás, 65% acabarão em empregos ainda não inventados. A certeza dessa mudança, associada com a completa incerteza quanto à

natureza precisa dela, tem implicações profundas e complexas para a educação. Uma vez que não podemos prever exatamente o que os jovens de hoje vão precisar saber em dez ou vinte anos, o que lhes ensinamos é menos importante do que como eles aprendem a ensinar a si próprios. Por consequência precisamos de uma nova escola.

Salienta-se também que, quem hoje está empregado, já precisa começar a pensar na sua futura profissão e buscar uma requalificação profissional com enfoque nas novas tecnologias. As instituições de ensino e o MEC precisam se comunicar com a sociedade, de forma permanente, para entenderem quais as competências que serão demandadas para enfrentar os novos desafios da Era Digital.

Diante desse contexto, será preciso instituir uma abrangente política de educação digital que resulte em benefícios difusos para toda a sociedade. Os eixos considerados buscam contemplar a amplitude desse propósito: a inclusão digital, que prevê estratégias formais e não-formais que alcancem a todas as camadas da população; a educação digital propriamente dita, voltada para o desenvolvimento de competências e habilidades digitais, com uso de tecnologias, no ambiente escolar; a qualificação digital, compreendida com a oferta de oportunidades formativas que possibilitem a amplos segmentos da população desenvolvimento das competências e habilidades em nível mais avançado; a especialização digital, com objetivo de formação de profissionais com desenvolvimento ainda mais sofisticado destas competências e habilidades; e a pesquisa digital, com o objetivo de promover avanço significativo na utilização dessas tecnologias nas atividades dos grupos de pesquisa nacionais e inserção ainda maior no cenário internacional.

Os desafios e os benefícios potenciais da educação digital são múltiplos. Do ponto de vista do mercado de trabalho, há uma lacuna de competências a preencher, pois um número crescente de empregos exige um alto nível de proficiência no uso de tecnologias e muitos novos empregos são baseados em habilidades digitais especializadas.

Do ponto de vista social, o desafio é de inclusão: uma divisão digital entre aqueles com nenhuma ou apenas habilidades digitais básicas e outros com habilidades de nível superior pode ampliar as lacunas existentes na nossa sociedade e excluir ainda mais algumas partes da população. Do ponto de vista educacional, o desafio não é apenas

garantir que os jovens desenvolvam as competências digitais necessárias, mas também colher os benefícios do uso pedagógico da tecnologia.

As evidências empíricas sobre os efeitos do uso de tecnologias digitais para fins educacionais e para melhorar os resultados da aprendizagem ainda são escassas e os resultados são mistos. No entanto, vários benefícios potenciais já são aparentes. O uso da tecnologia pode fornecer ambientes de aprendizagem inovadores e estimulantes, facilitar a aprendizagem individualizada e aumentar a motivação dos alunos.

A perspectiva educacional também significa preparar os jovens para usar as tecnologias digitais de forma eficaz e segura. Alguns dos riscos impostos ao bem-estar pessoal dos alunos, como o *cyberbullying* e o vício na internet, bem como a perda de privacidade, há muito alertam os formuladores de políticas para a necessidade de tornar a segurança uma parte essencial da educação digital. Digitalizações internacionais relacionadas ao uso indevido de dados pessoais, rastreamento na *web* e a divulgação de notícias falsas (*fakenews*) destacaram o papel crucial que a educação pode desempenhar na preparação de jovens para amadurecer digitalmente.

Sob outro aspecto, como o processo de aprendizagem é um processo intermediado, esta intermediação que tradicionalmente era exclusivamente pedagógica será, cada vez mais, intensiva em tecnologias digitais. Num primeiro momento, a aprendizagem será híbrida (presencial e a distância) e, num segundo momento, a aprendizagem será ubíqua, em todos os lugares, tornando-se o padrão de formação do estudante do Século XXI. Sem dúvida, essa crise acelerou a oportunidade de uma grande revolução no setor educacional, com o uso intensivo de tecnologias digitais, permitindo talvez a maior inclusão social que a humanidade já experimentou, com a implementação da “Educação Digital”.

3. Uma Cidade mais Humana e solidária, Criativa, Inteligente e Sustentável tem prevenção e atenção à saúde do Cidadão

O termo “prevenir” tem o significado de “preparar”; chegar antes de; dispor de maneira que evite o dano ou o mal; impedir que se realize; Promover tem o significado de dar impulso a; fomentar; originar; gerar (Ferreira, 1986). A prevenção em saúde “exige uma ação antecipada, baseada no conhecimento da história natural a fim de tornar improvável o progresso posterior da doença” (Leavell & Clarck, 1976: 17).

Prevenção em saúde pública é a ação antecipada que visa interceptar ou anular a evolução de uma doença. As ações preventivas definem-se como intervenções orientadas a evitar o surgimento de doenças específicas, reduzindo sua incidência e prevalência nas populações. A base do discurso preventivo é o conhecimento epidemiológico moderno; seu objetivo é o controle da transmissão de doenças infecciosas e a redução do risco de doenças degenerativas ou outros agravos específicos. Os projetos de prevenção e de educação em saúde estruturam-se mediante a divulgação de informação científica e de recomendações normativas de mudanças de hábitos.

Vale destacar que os objetivos de prevenir doenças e promover a saúde são indissociáveis. A cada novo esforço realizado para evitar que as pessoas adoçam, naturalmente se está colaborando para promover a saúde de forma ampla.

A população está cada vez mais consciente que o nosso sistema público de saúde (SUS) é um bem comum, que deve ser preservado e devidamente considerado em termos orçamentários nos próximos exercícios. Entretanto, muito ainda precisa ser realizado para completar o Sistema de Saúde de Florianópolis e alguns pontos críticos precisam ser melhorados: Na assistência em saúde, é preciso organizar a rede por linha de cuidado integral e, atualizar e implantar protocolos de atendimento unificado para melhorar o acesso do usuário aos serviços de saúde. No que tange a gestão da saúde, é preciso desde adequar a estrutura organizacional da Secretaria até o fortalecimento do sistema de regulação, controle, avaliação e auditoria em saúde. Nessa direção, a estrutura e a capacidade física da rede devem ser repensadas e, adequada às necessidades da população.

Para concretizar esse desafio, pretende-se atuar na assistência em saúde; na gestão da saúde; na capacidade e na rede física instalada e na qualificação dos recursos humanos. Também, as inovações e o uso intensivo de tecnologia serão disponibilizados para facilitar o acesso do cidadão ao atendimento em saúde.

Ademais, não bastassem os impactos contínuos e as reclamações da população sobre o atendimento em saúde, hoje o sistema se encontra sob os efeitos provocados pelo COVID-19, efeitos esses que provocaram a necessidade de uma reorientação e de novos protocolos de atendimento. As iniciativas que precisaram ser adotadas durante a emergência sanitária que estamos atravessando exigiram desde monitoramento de doentes crônico até fluxos diferenciados, com salas específicas para pacientes com sintomas respiratórios. Ao receber e triar os casos leves na atenção primária, a pressão sobre os hospitais é reduzida. Os usuários acamados, os egressos de hospitais e os com uso de medicamentos controlado, principais grupos de risco para complicações e morte pela infecção também precisam ser monitorados.

Nesse sentido, salientamos a importância da administração pública digital, a qual, por meio de processos administrativos eletrônicos e mediante o uso das tecnologias digitais – no caso da saúde usando o tele atendimento – busca aumentar a eficiência, a eficácia, a efetividade, a relevância, a transparência, a participação social, o controle, a simplificação da burocracia, a agilidade e a qualidade na prestação de serviços públicos à população.

4. Uma Cidade mais Humana e solidária, Criativa, Inteligente e Sustentável tem um ecossistema desenvolvido para oportunidades inovadoras

Para Florianópolis se consolidar como um ambiente para o desenvolvimento de oportunidades inovadoras, precisa ter um modelo de atração e geração dessas oportunidades que facilite a vida de quem deseja empreender. Em Florianópolis, existem fatores que impedem ou inibem o desenvolvimento de determinados setores empresariais, tais como, (a) insegurança jurídica, (b) limitação ambiental, (c) limitação territorial e, (d) legislação.

Para além dessas limitações, a desburocratização será a palavra de ordem objetivando simplificar os processos de abertura de empresas e criar condições de incentivos ao empreendedorismo. Serão considerados os incentivos fiscais, a criação de fundos, a atração de novos negócios, e, sobretudo, a capacitação das pessoas para aproveitar as oportunidades de empreendedorismo e o intraempreendedorismo.

Por outro lado, é fundamental considerar que o eixo econômico do município anda na direção de uma economia intensiva em conhecimento e, a Cidade já é um polo da chamada “nova economia”, que tem na inovação seu vetor fundamental. Por isso, é preciso formular políticas públicas para a promoção e atração de investimentos e, principalmente, estabelecer uma interlocução muito próxima com as Universidades e as Entidades representativas do setor produtivo. Isso estruturará uma parte do modelo de governança pública e permitirá a formulação e aprimoramento de políticas públicas voltadas ao desenvolvimento econômico e social da cidade.

Relatório recente (2020) demonstra que Florianópolis tem feito esforços significativos para se tornar uma Cidade inteligente de inovação. Tem um ecossistema de inovação com uma trajetória crescente, consegue atrair talentos e investimentos e é reconhecida nacional e internacionalmente como uma zona de inovação. Entretanto, lacunas como a falta de uma estratégia clara para se tornar uma Cidade humana e inteligente e a ineficiência do setor público para coordenar o processo, apontam para a necessidade de um modelo de desenvolvimento para o setor.

O mesmo estudo, aponta saídas possíveis tais como o estímulo a inovação e o empreendedorismo desde a educação básica; desenvolver e implementar um plano estratégico de Cidade Inteligente para curto, médio e longo prazo; engajar a todos no desenvolvimento de um acordo social que defina objetivo, visão, direção e desenvolvimento para a Cidade, entre outros. Ao menos essas três saídas possíveis demandam uma ação direta da administração pública municipal e, não ficarão sem respostas. Disso decorre que, uma proposta inovadora para a cidade é assumir como estratégia de desenvolvimento a chamada Economia do Conhecimento, que será a mais importante estratégia em parceria com o setor empresarial e a sociedade de modo geral.

Além da área de tecnologia, será importante a qualificação do turismo no período pós pandemia. As mudanças estruturais serão significativas. Os hábitos de viagem mudarão radicalmente. Redução absurda no turismo de negócios que serão substituídas pelas *webconferências*. Viagens de lazer serão mais para o interior, junto a natureza, em lugares com baixa concentração de pessoas. De fato, o modo de viver, de se relacionar, de trabalhar e de se divertir irá mudar tanto, que nós dividiremos a história em “Antes do Corona” e “Depois do Corona”

Conhecido por sua resiliência a crises de toda natureza e, particularmente, a crises econômicas o setor poderá se recuperar rapidamente, desde que haja esforços e políticas coordenadas e em larga escala, com mecanismos criados para mitigar o impacto do COVID-19 no setor. Respostas políticas de curto, médio e longo prazo devem ser desenvolvidas para responder à pandemia do COVID-19. Essas respostas compreendem quatro pilares interconectados: estimular a economia e o emprego; apoiar empresas, empregos e rendas; proteger os trabalhadores no local de trabalho; utilizar o diálogo como base para encontrar as soluções viáveis para incrementar o turismo. As recomendações das diretrizes sobre a promoção do turismo, são particularmente relevantes para mulheres e jovens, pois esses grupos foram particularmente afetados pelas repercussões econômicas desta pandemia.

Outro setor econômico que receberá destaque, é o da maricultura. O mar, é um dos principais fornecedores de alimentos no mundo. Para mais de 150 milhões de pessoas, o mar, além de uma fonte de alimentação, é uma fonte de renda e emprego.

Devido a isso, a aquicultura é o setor de produção de alimento que está crescendo de forma mais rápida mundialmente.

A formação da cadeia produtiva de moluscos cultivados no mar assumiu um papel de destaque no desenvolvimento econômico e social do Estado de Santa Catarina. Já em Florianópolis, a maricultura é desenvolvida desde a década de 70 por pescadores e mergulhadores artesanais. Pelo fato da cidade possuir condições favoráveis para o desenvolvimento da atividade, na década de 80 a Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) passou a produzir sementes em um laboratório com o objetivo de incrementar as técnicas de cultivo nas comunidades litorâneas.

Buscando potencializar o desenvolvimento econômico regional, a Prefeitura Municipal de Florianópolis (PMF) entendeu que esta atividade seria uma oportunidade para proporcionar alternativas de geração de renda para a população pesqueira tradicional. Assim, a PMF lançou uma Política Pública denominada de Programa de Desenvolvimento Sustentável da Maricultura com o objetivo de incentivar o cultivo de moluscos, ostras e mexilhões no ano 2.000.

Com a criação desse programa, buscou-se implantar uma política pública, com diversas ações para potencializar o desenvolvimento desta atividade econômica. Assim, por meio dessas ações e devido à intenção em estruturar a cadeia produtiva de moluscos, criou-se o *cluster* da maricultura de Florianópolis. O *cluster* - entidades públicas e privadas, produtores pessoa física e jurídica, Universidades - estruturou as ações do Programa de Desenvolvimento Sustentável da Maricultura.

Entretanto, se sabe que a atividade encontra-se em declínio no Município, devido em grande parte a falta de entrosamento entre os maricultores e a dificuldade de se criar cooperativas de trabalho, duas condições basilares para o desenvolvimento dessa atividade, mas que podem, sem dúvida nenhuma serem suportadas pelo poder público em sua realização. Queremos que Florianópolis retome a maricultura como fonte de geração de riqueza, desenvolvimento e prosperidade para o típico pescador artesanal do Município, que tem aí uma grande oportunidade de trabalho.

5. Uma Cidade mais Humana e solidária, Criativa, Inteligente e Sustentável tem mobilidade e infraestrutura inteligente

A mobilidade urbana de Florianópolis é considerada uma questão prioritária. O conceito de mobilidade urbana utilizado para fins da identificação e solução de problemas vai ser ampliado para além da simples “capacidade de se movimentar”, devendo levar em consideração todos os fatores que influenciam deslocamentos tais como: ruas, calçadas, ciclovias, corredores exclusivos de ônibus e outros meios de locomoção.

Os deslocamentos constantes dada a centralidade na criação e dinamização de inúmeros serviços, como órgãos da Administração Pública Federal, de agentes econômicos públicos e privados, organizações sociais, dos meios de comunicação, das Universidades, entre outros, faz da Cidade um destino necessário para muitos moradores da região da Grande Florianópolis. Afora isso, o número de veículo por habitante – 1,7 habitante por veículo - o hábito do deslocamento com o carro, e a pouca atratividade do transporte público completam o quadro que é vivenciado diariamente por todos que circulam na Cidade.

Em Florianópolis, o cidadão fica, em média, 44 minutos no trajeto entra a casa e o trabalho. É uma das maiores médias entre capitais, maior até do que São Paulo, com 42,8 minutos, segundo dados do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea). Em função disso, deve-se priorizar a orientação e a fiscalização antecipada ao descumprimento de normas, impedindo que elas ocorram, em substituição à simples aplicação de multas, cujo objetivo, muitas vezes, não é o de promover a melhoria do trânsito, mas de favorecer a arrecadação financeira. Para apoiar essa proposta, a Guarda Municipal deverá cumprir papel fundamental, seja nas vias públicas, seja educando nas escolas e em outros espaços comunitários. Deve-se buscar impedir que o trânsito paralise a cidade, e que seja um fator de tensão e agressividade.

Também no aspecto da mobilidade, a pandemia do Covid 19 tem provocado diferenças marcantes. Em Florianópolis, houve restrições na liberdade de circulação e, tais medidas levaram a uma forte quebra na atividade econômica e nos volumes de

tráfego de veículos e pessoas nas cidades. Durante este período, o grande perdedor foi o transporte coletivo. Boa parte de sua demanda advém das viagens pendulares (casa-trabalho-casa e casa-ensino-casa) e, logo que a quarentena começou, empresas de ônibus passaram a operar os horários de fim de semana ou de férias e, algumas, simplesmente suspenderam as suas operações devido à falta de demanda.

O Conselho de Arquitetura e Urbanismo, reforça que o momento atual é uma oportunidade para as cidades repensarem suas redes de infraestrutura e que é preciso sermos criativos e usar essa oportunidade pra repensar aquilo que já não vinha funcionando bem. Mesmo reconhecendo que o futuro pós-pandemia é incerto, o Conselho acredita que o momento atual demonstra para todos que é preciso fazer mudanças estruturais nas nossas cidades e em alguns modelos que estão saturados e contribuem fortemente com a disseminação do vírus.

No aspecto da infraestrutura, vamos adequar as necessidades da Cidade para criar um sistema integrado de mobilidade urbana sustentável. Desse modo, podemos sair dessa pandemia repensando nossa matriz de mobilidade, e nesse momento de transição, ações como a ampliação de calçadas, retirada do espaço de estacionamentos exclusivos para carros, fechamento de ruas para o tráfego somente de pessoas – para que circulem e pratiquem atividades de lazer – precisam ser pensadas.

Outro ponto que precisa ser observado a partir do que vivemos agora e que pode servir de exemplo futuro, é a mudança das velocidades dos veículos nas ruas e estradas das cidades. Além disso, é preciso pensar na acomodação dos veículos entregadores de cargas, alimentos e outros serviços que tiveram um crescimento em decorrência do aumento das vendas online. Afinal, esses veículos convivem diretamente com as pessoas que transitam a pé nas ruas das cidades.

Quando a atividade econômica retornar ao normal, muitas organizações podem considerar a viabilidade do home office/tele trabalho. E, nesse caso, o tráfego sai das ruas e passa para as redes de internet. Só daqui alguns meses as empresas poderão efetivamente medir os ganhos ou perdas de produtividade desse novo sistema de trabalho. No fim das contas, as cidades iam se beneficiar muito com a redução na demanda de viagens nas horas de pico.

6. Uma Cidade mais Humana e solidária, Criativa, Inteligente e Sustentável é segura e protegida

Até recentemente o problema da segurança pública era compreendido como algo que dizia respeito apenas ao governo estadual e, dentro dele, especificamente aos órgãos do sistema de justiça criminal: polícia, ministério público, judiciário e administração prisional. Nas duas últimas décadas, porém, houve uma mudança de pensamento na questão da segurança pública, tanto do ponto de vista conceitual quanto administrativo: de problema estritamente policial passou a questão multidisciplinar, envolvendo diversos níveis e instâncias administrativas.

Esta tendência de crescimento da participação dos municípios na segurança, coincide com o aparecimento de teorias como a do policiamento comunitário e orientado a problema – teorias que apontam também para a necessidade de incluir outros recursos, além dos tipicamente policiais – para a solução de problemas criminais.

Como todos os grandes centros urbanos, Florianópolis vem enfrentando o desafio cada vez maior de segurança pública. A deterioração dos fundamentos da economia, nos últimos tempos, que resultou no aumento do desemprego, na redução da renda e das oportunidades, reforçou o crescimento da criminalidade e da desordem urbana. A desobediência às normas, a informalidade e a tolerância e a aparente condescendência do Poder Público com tudo isso, são fenômenos que estimulam o desrespeito a ordem pública, sendo externada, por exemplo, na multiplicação de atividades em desacordo com os códigos de postura, tributário, de trânsito e defesa do consumidor, além de outras legislações ordinárias.

Ao estabelecermos o Plano Municipal de Segurança Urbana, vamos atuar em defesa da dignidade da pessoa humana, com valorização e respeito à vida e à cidadania, assegurando atendimento humanizado a todas as pessoas, com respeito às diversas identidades religiosas, culturais, étnico-raciais, geracionais, de gênero, orientação sexual e as das pessoas com deficiência.

Além disso, vamos impedir ou evitar a criminalização da pobreza, da população negra e outras raças, da comunidade LGBT, da juventude, dos movimentos sociais e seus

defensores, valorizando e fortalecendo programas e projetos continuados em educação e na promoção de uma cultura de paz.

Ademais, vamos enfrentar o flagelo provocado pelas drogas. Pensar políticas públicas sobre drogas e desenvolver programas de formação para servidores públicos e sociedade para uma compreensão do problema. Particularmente relevantes, serão os investimentos municipais em programas sociais de caráter preventivo, focados especificamente na questão da criminalidade e da violência. Ou então o redirecionamento dos investimentos dos projetos sociais tradicionais para as áreas e grupos de risco, ou seja, levando explicitamente em conta o potencial preventivo das políticas públicas municipais.

Assim, vamos reforçar as ações que provoquem a sensação de segurança e tranquilidade na Cidade, para que os cidadãos realizem suas atividades cotidianas sem medo. Para mantermos a ordem pública e ampliarmos a qualidade de vida da população, será essencial uma ação integrada entre os diversos órgãos de segurança que atuam no município para que compartilhem responsabilidades, utilizem inteligência a partir de bancos de dados e, desenvolvam ações coordenadas no combate à criminalidade. Nesse caso, o Município tem papel importante não só como articulador entre estes diversos órgãos, mas também como responsável por ações que impactam na segurança pública de maneira indireta.

7. Uma Cidade mais Humana e solidária, Criativa, Inteligente e Sustentável tem meio ambiente preservado

Como a Cidade de Florianópolis é cercada por 42% de terras de preservação ambiental, é preciso desenvolver uma política clara para o gerenciamento dos elementos que garantem a preservação eco inteligente de todo esse potencial. Se nada for feito, e a Cidade continuar mantendo os padrões de crescimento da mancha urbana praticamente espontâneos como hoje, a qualidade ambiental do município, que é parte importante de sua economia e característica principal da Ilha, será afetada.

A base natural da vida constituída pelo solo, água, ar, plantas e animais é indispensável para o bem estar físico, emocional e espiritual das pessoas vem sendo colocada em risco pela atividade humana que tem causado a degradação dos recursos naturais. Para minimizar esta tendência é proposto um planejamento ambiental, orientado para que a capacidade do ecossistema, a disponibilidade de recursos naturais, as espécies, flora e fauna, a diversidade, caráter e beleza da paisagem do ecossistema local, devam ser mantidas de uma forma duradoura. O principal escopo é salvaguardar a capacidade do ecossistema local.

O planejamento ambiental leva em consideração que a estrutura da ocupação espacial tem fortes implicações sobre as funções econômicas, sociais e ambientais da Cidade. Por essa razão, a análise antecipada do potencial de uso do espaço físico conduz à verificação das possibilidades de desenvolvimento municipal e a formulação de alternativas de uso que sejam, ambiental e economicamente viáveis.

Esse planejamento é a base de informação para a legislação ambiental e para a regulação do impacto ambiental da atividade humana no território local. Projetos setoriais (drenagem, construção de estradas, instalações de infraestrutura, expansão urbana, entre outras) precisam ser submetidos à análise, segundo sua adequação a orientações descritas no planejamento ambiental. Desse modo, o planejamento passa a ser tanto base para o plano diretor de nossa cidade quanto para o processo de tomada de decisão em relação a projetos públicos e privados de uso do espaço físico territorial local.

Instrumentos como o Plano Diretor da cidade devem passar a incorporar efetivamente esta perspectiva de desenvolvimento, e a participação social, envolvendo amplos segmentos da população, deve ser a base de toda a estratégia de planejamento. Desse modo, no aspecto do meio ambiente, se pretende estabelecer as diretrizes para preservar e revitalizar a biosfera e melhorar as condições de vida no ambiente urbano.

Por outro lado, especialistas têm refletido sobre a relação da atual pandemia com o meio ambiente, sobretudo pensando que seres humanos e a natureza fazem parte de um sistema interconectado e que, para impedir o surgimento de zoonoses, é fundamental gerenciar as múltiplas ameaças aos ecossistemas e à vida. Com isso, pretendem levantar os impactos positivos e negativos do Covid 19 no planeta.

Como aspecto positivo, ao adotarem a quarentena ou campanhas estimulando que as pessoas não circulassem sem necessidade, houve a queda na movimentação nas grandes Cidades, o que causou efeitos diretos no meio ambiente, como a diminuição da emissão de poluentes na atmosfera e no aumento da geração de resíduos domésticos e hospitalares. Por outro lado, por conta das medidas de quarentena, isolamento e distanciamento social adotadas haverá um aumento relevante na quantidade gerada de resíduos sólidos domiciliares e um crescimento bastante considerável na geração de resíduos hospitalares em unidades de atendimento à saúde.

Temos a compreensão de que o ser humano e a natureza são partes de um mesmo todo, dessa maneira, não se pode separá-los, e fazer uma gestão independente para cada um. Ao contrário, essa gestão deve ser feita considerando ambos como partes de um sistema único, em que o que se faz sobre um, tem impacto sobre o outro, às vezes irreversíveis.

8. Uma Cidade mais Humana e solidária, Inteligente, Criativa e Sustentável tem uma política de habitação

A cidade de Florianópolis, como outras capitais brasileiras, é atingida pelas precárias condições de vida e ampliação dos problemas sociais relacionados à sobrevivência da população mais carente, evidenciando o aumento da desigualdade e a polarização social, expressos nas diversas manifestações de degradação da vida urbana. A área é o espelho das contradições dos processos de urbanização que criaram e intensificaram as carências e demandas típicas das metrópoles.

Desde a década de 1990, que foi um período marcado pelo aumento das desigualdades sociais, a partir do processo de adensamento das favelas locais, destacam-se a progressiva valorização dos imóveis e da terra urbana, refletindo diretamente na alta do preço dos aluguéis, nos números do déficit habitacional em conformidade com a crescente demanda por moradia na região, além de políticas públicas ineficientes.

Florianópolis, por ser o centro político e administrativo, tem atraído um grande contingente populacional, na maior parte, oriundo do interior do Estado. Esse fenômeno ocorre em função das precárias condições de vida no campo onde, em geral, essa população se constitui de mão-de-obra barata, não dispondo da propriedade de terra, infraestrutura e de serviços básicos. Sem acesso à compra de lotes urbanos ou sem condições de locação de moradia, estas famílias vêm ocupando áreas públicas ou privadas, resultando no aumento de favelas. Além disso, com baixo nível de escolaridade e com pouca ou nenhuma qualificação profissional, encontram dificuldades para inserção no mercado de trabalho.

Essas áreas de interesse social, estão situadas nas encostas dos morros da área insular, em terrenos com declividade menos acentuados em fundos de vales, especificamente na área do continente, havendo, ainda, comunidades situadas em áreas de mangues e dunas. Tais ocupações, muitas vezes acima dos limites recomendáveis, contrariando a legislação do uso do solo (áreas de preservação permanente) e com riscos à população.

De forma geral, as áreas carentes apresentam problemas de urbanização: algumas áreas trazem problemas à bacia hidrográfica, na medida em que a ocupação desordenada compromete a preservação de mananciais. Por outro lado, o desmatamento, principalmente em áreas de encostas, provoca erosão e / ou deslizamento de terras. A maioria dos assentamentos existentes, apesar de apresentarem diferenças na sua formação, sejam antigos ou recentes, espontâneos ou organizados, pacíficos ou litigiosos, gradativos ou instantâneos, em áreas públicas ou privadas, apresentam, quase sempre, os mesmos problemas: irregularidade, falta ou fraca organização comunitária e espacial, carência de infraestrutura urbana e social.

Em síntese, pode-se afirmar que os sucessivos anos de recessão, desemprego, subocupação e baixos salários, refletem uma distribuição de riqueza extremamente desigual e um cotidiano de desamparo e falta de perspectiva para milhares de cidadãos Florianopolitanos. Então, se pretende retomar e fortalecer a política habitacional da Cidade Florianópolis que possui um déficit de moradias em diferentes faixas de renda.

Cabe à Prefeitura implementar uma efetiva política pública habitacional que considere desde a construção de novas unidades habitacionais, até a revitalização de áreas centrais da Cidade, de forma incentivada, para a ocupação como habitação, sobretudo por parte da população mais jovem, disponibilizando a infraestrutura necessária para receber projetos criativos dessa natureza, já elaborados pelo IPUF, não pensando apenas na estrutura física, mas também com todo aporte social necessário para melhorar a qualidade de vida dos moradores.

Afora isso, há uma preocupação especial com a reurbanização e a regularização fundiária das áreas degradadas e ocupadas ilegalmente. De fato, é necessário ter a coragem de dar um basta definitivo nas ocupações ilegais nas áreas de preservação de nossa Cidade, mas garantindo às famílias que já vivem em áreas consolidadas a devida regularização, em parceria com o Ministério Público Estadual. Vamos garantir o acesso ao saneamento básico, a ruas pavimentadas, postos de saúde, creches, áreas de lazer e outros serviços públicos. Será preciso também, buscar as condições econômicas necessárias para que um programa de reurbanização de comunidades e áreas de risco ocorra em velocidade superior ao crescimento da população que vive nesta situação.

9. Uma Cidade mais Humana e solidária, Criativa, Inteligente e Sustentável fundamenta-se no modelo de governança

Nos aspectos relativos à gestão da Prefeitura, é preciso pensar nos aspectos internos da gestão municipal propriamente dita, bem como de seu relacionamento com a iniciativa privada, com as entidades da sociedade civil organizada e com o próprio cidadão, ou seja, de uma Nova Governança Pública. Por Nova Governança Pública entende-se uma nova maneira de administrar a Cidade em coprodução com a sociedade, na qual o poder público municipal, além da iniciativa pública, envolve também a iniciativa privada, as entidades da sociedade civil organizada e a população em geral, na aplicação dos recursos econômicos e sociais da Cidade, ampliando a capacidade do governo municipal de planejar, formular e programar políticas públicas e cumprir funções.

Cada vez menos o Município pode executar todas as funções que lhe são destinadas, porque tanto tais encargos não cabem mais no seu orçamento, quanto se torna necessária a convergência de esforços para que a maioria dos problemas da Cidade possam ser enfrentados. E, cada vez mais, o enfoque para a construção e implantação de políticas públicas passa a ser o do compartilhamento da tomada de decisão e, se torna necessário a implantação de um modelo de uma nova governança pública, fundamentada em redes de governança e de coprodução e fortemente inclinado para a concretização da visão de futuro estabelecida para a Cidade.

O nível de inteligência da governança de uma cidade é medido por seu desempenho em quatro fatores: participação nas tomadas de decisão, serviços sociais e públicos, transparência da governança e estratégias políticas e perspectivas. Para obter essa inteligência, é preciso disseminar o máximo de informações relevantes, de maneira acessível a toda população-alvo, sem violar a privacidade dos cidadãos nem ameaçar o interesse público; explorar intensiva e extensivamente diferentes mecanismos de obtenção de informações junto à população; fomentar amplamente o engajamento dos cidadãos; democratizar o acesso aos serviços e, sobretudo, elaborar os serviços em parceria com os cidadãos.

O avanço da democracia, aliado ao uso da Tecnologia de Informação e Comunicação, potencializa um papel ativo da sociedade no controle e participação na Administração Pública, proporcionando espaços e formas para que esta interação aconteça nas duas vias, promovendo o desenvolvimento e fortalecimento da democracia.

As principais ações nesse âmbito podem ser: adotar medidas que permitam ao cidadão o acesso às informações pertinentes e que possam considerar a sua opinião e as suas sugestões; criar mecanismos para promover a transparência da gestão e a participação dos cidadãos; desenvolver aplicações (Internet, quiosques, autoatendimento etc.) intensivas em tecnologia, de fácil compreensão e utilização, visando otimizar o acesso e a interação da sociedade com o Governo. Esse conjunto de conceitos, orientações, princípios e classificações demonstram a importância e a amplitude do Governo Eletrônico.

Para tanto, é necessário repensar e reestruturar os órgãos públicos e direcioná-los para o atendimento dos cidadãos e da sociedade em geral, principalmente em tempos do Covid 19. Não se trata de procedimentos de curto prazo, são estratégias a serem implementadas em escala, construídas na perspectiva de um Estado eficiente, perpassando mais de um governo, ou seja, tendo que ultrapassar barreiras de continuidade que acontecem a cada troca de gestão na Administração Pública.

10. Uma Cidade mais Humana e solidária, Criativa, Inteligente e Sustentável incentiva a cultura, o esporte e o lazer

A cultura – somatória de costumes, tradições e valores - é um jeito próprio de ser, estar e sentir o mundo, ‘jeito’ este que leva a pessoa a fazer, ou a expressar-se, de forma característica. Ora, ser é também pertencer - a algum lugar, ou a um grupo, seja família, amigos, pertencer à Cidade de Florianópolis.

Toda ação cultural, bem como o patrimônio cultural que temos, fortalece a identidade do município, diferenciando-o de outros, o que favorece sua própria estratégia de valorização da atividade turística como uma de suas mais importantes atividades econômicas. Por meio da cultura, as pessoas se tornam sujeitos participativos, benefícios e desenvolvimento pessoal e social; devendo, também, melhorar o crescimento cognitivo e psicológico.

Daí ser a cultura um forte agente de identificação pessoal e social, que integra segmentos sociais e gerações e desperta os recursos internos do indivíduo de maneira que fomente sua interação com o grupo. Por isso, vamos fortalecer cada vez mais nossas tradições, nossas festas, nosso conjunto arquitetônico do centro histórico e nosso jeito de ser.

No que tange a criação de ambientes favoráveis à saúde, as práticas de esporte e lazer resultam em diversos benefícios como o desenvolvimento físico, chegando até mesmo ao desenvolvimento das características psicológicas, resultando no aumento do bom humor e autoestima, bem como na redução do estresse. Algumas políticas públicas têm sido implantadas no sentido de inclusão e integração da pessoa com deficiência. Portanto, para se elaborar e planejar programas físico-esportivos e de lazer, ou mesmo avaliar a adesão da população é necessário a compreensão do contexto, com suas barreiras e facilitadores para a prática.

Para alcançarmos essa finalidade, de esporte e lazer, precisamos fazer a manutenção dos espaços públicos (ginásios, praças, parques, ciclovias, quadras escolares, etc.) e criar programas que democratizem a prática para contribuir para que a população se mantenha suficientemente ativa. Estas políticas públicas devem ser bem

estruturadas, levando-se em conta a diversidade da população, principalmente, com relação às pessoas com deficiência que enfrentam limitações tanto físicas como ambientais (falta de acessibilidade), além do estigma da sociedade, que dificulta o processo de inclusão, integração e participação no convívio social.

11. Uma Cidade mais Humana e solidária, Criativa, Inteligente e Sustentável tem gestão por resultados

Todas as estratégias até aqui apresentadas, serão realizadas se houver uma gestão pública de qualidade, focada sobretudo nos resultados. Entende-se a gestão por resultados como a realização de esforços e atividades em uma organização na busca de resultados significativos, não somente em termos de bens e serviços produzidos eficiente e efetivamente para uma sociedade, mas também em termos de impactos na qualidade de vida da população servida.

Ou seja, não basta o município suprir a necessidade das pessoas; é preciso que isso seja feito para criar uma mudança significativa na vida dessas pessoas, tornando a sociedade um lugar melhor para se viver. Não é, evidentemente, um desafio fácil de ser vencido: quando se trabalha com a Administração Pública, exigências legais e burocráticas, desmotivação e despreparo do pessoal, incompreensão e falta de apoio político são fatores, que muitas das vezes, inibe muitas iniciativas de mudança e de melhoria. Mas ao gestor público, ao se decidir por isso, cabe buscar uma solução de melhoria para o desafio apresentado.

Isso significa que os investimentos feitos devem gerar valor na percepção dos cidadãos, e vão ser mais efetivos no seu poder de transformação se estiverem mais próximos do anseio da Sociedade. Na administração pública municipal, centenas de milhões de reais são aplicados anualmente na prestação de serviços.

Em momentos de dificuldade econômica como a que estamos enfrentando, muitos desses investimentos sofrem com a falta de recursos e com necessários contingenciamentos. Essa situação impõe a adoção de um novo paradigma de gestão pública focada em resultados e na geração de valor das ações públicas para o cidadão. Isso se inicia com a identificação das questões prioritárias que irão orientar a gestão municipal numa visão de curto, médio e longo prazo.

Para tanto, é fundamental a adoção de um conjunto integrado de políticas públicas orientadas para o desenvolvimento socioeconômico e melhoria da gestão administrativa assentadas nos seguintes pilares:

- I. Obsessão pelo equilíbrio fiscal municipal;
- II. Geração adicional de riqueza de maneira sustentável mas sem aumento de tributos;
- III. Melhoria da qualidade da gestão por meio da adoção de mecanismos de avaliação e melhoria do perfil do gasto público.

Essas são as diretrizes estratégicas que assumimos com a população de Florianópolis. Por meio delas, buscamos reunir e utilizar recursos para lidar com os problemas que uma comunidade política enfrenta. E, com elas vamos percorrer o caminho da campanha, colocando as ideias e os ideais para circular. Expondo nossos pontos de vista, mas, sobretudo, buscando entender os anseios das pessoas que aqui vivem para que junto com elas possamos um futuro ainda melhor para Florianópolis.

ANGELA REGINA HEINZEN AMIN HELOU
CANDIDATA A PREFEITA DE FLORIANÓPOLIS

JOÃO BATISTA NUNES
CANDIDATO A VICE PREFEITO DE FLORIANÓPOLIS